

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “ARISTÓTELES E O NOVO MUNDO”
Rio de Janeiro: Lumens juris, 2021

As controvérsias do passado com nosso presente

Castor Marí Martín Bartolomé Ruiz
UNISINOS-RS

”Las Casas justifica isto devido ao cansaço e desânimo dos
indígenas:

*“Y pues no tienen los indios quien vuelva por ellos, y están tan
lejos y tan abatidos y desamparados que no tienen ni esperan
remedio de pedir de justicia”.*

Mas esta afirmação nada mais faz do que reforçar a falta de
reconhecimento político das vítimas de todo este processo.
Um aspeto crucial do debate que vamos retomar durante o nosso
percurso.”

Iniciamos este comentário com uma citação desta obra de Giuseppe Tosi, *Aristóteles e o Novo Mundo: a controvérsia sobre a conquista de América* (p. 74), que nos permite contextualizar que a história não é um amontoado de fatos objetivos ao nosso dispor para deles extrair dados neutros. Ela sempre envolve uma leitura dos acontecimentos. A história é sempre uma memória significativa do acontecido. A memória, por sua vez, constrói o sentido para os acontecimentos da história, não havendo um fictício ponto neutro ou objetivo para nos confrontar com os acontecimentos da história. Por isso, a memória dos acontecimentos, mesmo respeitando a objetividade dos fatos, pode produzir narrativas diversas. Quando os fatos históricos envolvem injustiças, a memória histórica se converte em um campo de disputa política entre os vencedores e os injustiçados. A disputa da memória envolve a possibilidade de uma segunda injustiça contra as vítimas, pois se os vencedores impuserem sua versão dos fatos, as vítimas serão condenadas ao esquecimento por meio da sua invisibilização absoluta ou negação total. Como escreveu Walter Benjamin na sua VI tese “Sobre o conceito de história: “Nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer”. Quando os vencedores conseguem impor sua narrativa, as vítimas são condenadas a uma segunda morte, a morte hermenêutica da história, o seu esquecimento fatal.

De outro modo, o passado nunca está alheio de nosso presente. O presente que somos é, em grande parte, resultado dos passados que se nos apresentam, muitas vezes imperceptivelmente. O passado nunca está morto, ele pode retornar ao presente como uma “faísca incendiária”. A concepção do tempo passado como um tempo morto é uma visão cronológica do tempo, que alimenta a noção de progresso moderno. A cronologia do progresso acredita que cada momento sepulta irremissivelmente o anterior e nos permite avançar para um mítico paraíso futuro produzido pelo avanço linear da razão, da ciência ou da economia. Mas, o passado forma parte do que somos. Temos uma relação diacrônica com nosso passado, a tal ponto que as experiências *kairóticas* marcam com densidade extrema os acontecimentos reverberando ao longo do tempo sem que o esquecimento as apague definitivamente. A experiência diacrônica do tempo impele a experiência do passado *kairótico* para o presente para se constituir parte do que agora

somos. Mas a experiência diacrônica não é algo espontâneo, senão que demanda a opção e a responsabilidade dos sujeitos com seu presente numa atitude crítica do que somos.

No marco destes dois vetores constitutivos de nosso presente - a memória crítica da história e a diacronia da experiência *kairôtica* -, vem ao nosso encontro a obra de Giuseppe Tosi, “Aristóteles e o novo mundo: a controvérsia sobre a conquista de América”. Ela é um belo exemplo de aproximação crítico-*kairôtica* aos acontecimentos trágicos, vividos (sofridos) durante o século XVI, naquilo que foi, de fato, a conquista de América. Esta obra, respeitando escrupulosamente a realidade dos fatos, toma a posição hermenêutica das vítimas. A primeira perspectiva crítica desta obra é considerar que o ocorrido não foi um descobrimento, senão uma conquista e esta deixou trás de si uma ingente multidão de injustiças e vítimas. Não houve um encontro de culturas, senão uma conquista trágica que se abateu sobre os habitantes e territórios ameríndios. Desde este *locus* hermenêutico dos injustiçados, a obra de Giuseppe Tosi nos confronta com um passado que faz parte de nosso presente; um passado que não passou totalmente, senão que continua a nos assombrar com as sequelas das enormes injustiças que nunca foram totalmente reparadas.

Bartolomé de las Casas foi uma das testemunhas desses acontecimentos que teve uma clareza surpreendente da importância de registrar a perspectiva das vítimas para a história. Após sucessivas tentativas fracassadas de construir propostas políticas para o modelo predatório da conquista, entendeu que o território político de maior disputa era o da versão dos fatos. Deixando trás de si a sua sede episcopal de Chiapas, México, se trasladou para o centro da corte de Castela com o objetivo de debater e se colocar como testemunha direta da barbárie que estava se cometendo contra os povos indígenas. A obra de Giuseppe Tosi ressalta a relevância histórica de Las Casas como testemunha crítica, que utilizando a palavra como arma, lançou-se na arena do debate político em defesa intransigente da dignidade e liberdade dos indígenas. Suas narrativas detalhadas sobre a crueldade dos conquistadores, representam uma pequena amostra da barbárie silenciada nas versões dos vencedores e nas suas tentativas de ocultamento como se fosse a expansão da civilização sobre os novos bárbaros. La reconstrução do debate que a obra de Tosi nos oferece entre Las Casas e Sepúlveda, é um reflexo da disputa política pela apropriação do sentido dos acontecimentos.

Las Casas tinha consciência que o núcleo do poder estava na disputa política pela legitimidade ou não da conquista. Não tendo os indígenas possibilidade de apresentar sua versão dos fatos, Las Casas fez a opção de vida de se colocar como voz dos indígenas, de ser a palavra dos que não a tinham. A obra de Giuseppe Tosi não deixa de ser uma espécie de continuidade do debate que ainda não está concluído. Não é um diálogo de historiadores sobre um passado morto, mas uma disputa política sobre um presente vivo. Hoje, *mutatis mutandis*, a pressão sobre os remanescentes indígenas continua a querer lhes expropriar de seus territórios para expandir o agronegócio. Os argumentos se atualizaram, mas não mudaram em sua essência. Os indígenas continuam a ser invisibilizados como estratégia de dominação e até de extermínio. A obra de Tosi tem que ser lida no contexto de uma ontologia de nosso presente; não é o relato de um passado morto, mas a posição crítica de um presente cujas circunstâncias rementem inexoravelmente às injustiças não reparadas de um passado não redimido.

Por mais que se possam fazer versões dos fatos, há uma irreducibilidade da tragédia da colonização aos sentidos históricos que a narram. Essa irreducibilidade reside na alteridade das vítimas. Os povos indígenas foram colocados na condição de vítimas pela ingente injustiça que ao longo de séculos se abateu sobre eles como se fosse um imperativo natural da civilização. A submissão violenta dos povos indígenas aos ditados soberanos dos civilizados europeus, tornou, de modo progressivo, esses povos que

habitavam o continente da Ameríndia em vítimas de uma injustiça inominável. Perante a grandiosidade dos fatos, as palavras ficam impotentes e só nos resta o esforço permanente da rememoração do acontecido, como meio de restituição anamnésica de um reconhecimento invisibilizado por séculos. O termo genocídio para qualificar o processo da conquista de Ameríndia é só mais uma palavra. A alteridade das vítimas, a realidade do seu sofrimento, a incomensurabilidade da injustiça perpetrada, torna sua condição irredutível a uma narrativa. As narrativas sobre os acontecimentos ocorridos durante a conquista dos povos ameríndios sempre serão insuficientes para espelhar a realidade. Mas, precisamente pela irredutibilidade ontológica da injustiça histórica à narrativa, somos responsabilizados a construir permanentemente aproximações históricas do presente àquele passado que não deixa de nos assombrar. A presente obra de Giuseppe Tosi, “Aristóteles e o novo mundo: a controvérsia sobre a conquista de América”, tem que ser lida neste contexto. Ela evidencia um esforço narrativo para se colocar no lugar das vítimas, dos indígenas vitimados, trazendo mais um raio de luz sobre as sombras de esquecimento e desfiguração que se abateram sobre aqueles acontecimentos. Poderíamos dizer que esta obra é um compromisso assumido como responsabilidade de nosso presente para com um passado que não passou.

A obra, através da narrativa histórica, se apresenta como um compromisso ético e político com seu presente. O presente nos interpela duplamente. De um lado, nos demanda a responsabilidade de impedir uma segunda morte hermenêutica dos injustiçados deste continente. Por outro, o presente nos interpela porque a injustiça histórica promovida por séculos de colonização e destruição dos povos indígenas não terminou. Hoje, os remanescentes dos povos indígenas de toda América, particularmente no Brasil, sobrevivem sob a ameaça dos novos dispositivos de destruição e até de extermínio. Fazer uma releitura histórica da conquista a partir dos injustiçados é, também, um compromisso por recolocar a dignidade roubada dos remanescentes indígenas como novo imperativo ético-político, do qual não podemos não subtrair sob pena de sermos responsáveis pelas novas barbáreis contra eles cometidas neste século XXI.

Há uma tendência história à naturalização das barbáreis. O ponto crítico onde a barbárie fica desmascarada como injustiça é no sofrimento da alteridade das vítimas. A obra de Giuseppe Tosi apresenta com grande erudição e detalhe de análise dos personagens e os debates acontecidos desde as primeiras *Leyes de Burgos*, (1511-1516) e a controvérsia de Valladolid, (1550-1551), até as *Ordenanzas* de Felipe II (1573). Os debates sobre a legitimidade da conquista ocorridos na Península Ibérica no século XVI são absolutamente singulares na história das colonizações. Em nenhuma outra potência colonial de Europa houve debates semelhantes. Só este fato já indica a relevância histórica destes acontecimentos, não suficientemente reconhecidos pela nossa contemporaneidade. Enquanto uma minoria crítica percebia a barbárie da conquista, uma maioria aplaudia a colonização como um direito da civilização sobre os bárbaros. No conjunto da Europa não se questionava a narrativa dos direitos dos civilizados sobre os selvagens das novas terras. Essa narrativa naturalizou a barbárie e até legitimou os atos de violência como um direito de guerra justa. Poucas pessoas contemporâneas das barbáries são capazes de ter o senso crítico da gravidade dos acontecimentos. Isso porque, em geral, as barbáreis são legitimadas e ocultadas sob um denso véu narrativo que se torna hegemônico.

Na diagramação dos debates, a obra faz o destaque do posicionamento crítico de uma série de intelectuais teólogos e professores da universidade de Salamanca como: Francisco Vitória, Domingo Soto, Melchor Cano e Bartolomé de Las Casas, frente a outros teólogos e também intelectuais orgânicos da coroa espanhola como; Juan Gines de Sepúlveda e José de Arévalo. O elemento diferenciador das posições nos debates não são meras questões teóricas sobre direito, filosofia moral ou teologia. Por quê Las Casas,

Vitoria, Soto etc., decidiram questionar a coroa espanhola, criticar os direitos de conquista e deslegitimar qualquer forma de dominação sobre os indígenas? A resposta é que todos eles foram interpelados, de diferentes formas, por la alteridade violentada dos indígenas. Foi a alteridade injustiçada dos indígenas que provocou uma reviravolta na vida de Bartolomé de Las Casas, que quando ouviu a homília de Montesinos (1511), sentiu-se confrontado entre seu status de colonizador que estava enriquecendo com a conquista e o sofrimento dos indígenas. A interpelação dos indígenas injustiçados levou a Bartolomé de Las Casas a uma decisão radical: abandonar sua posição de colonizador para se colocar no lugar dos indígenas. De outro modo, Vitória, que nunca conheceu pessoalmente as novas terras, também se deixou tocar pelas narrativas dos companheiros que de lá vinham contando as barbáries dos colonizadores contra os indígenas. Essa interpelação levou Vitória a tomar posição crítica contra a colonização e os direitos de conquista. Nos acontecimentos da conquista, como em qualquer barbárie histórica, o ponto crítico para desconstruir a injustiça é o sofrimento das vítimas. Só nos colocando no lugar do outro vitimado e injustiçado é que poderemos dimensionar a gravidade da injustiça. Este deslocamento empático para o lugar das vítimas é o fio condutor através do qual a obra de Giuseppe Tosi nos conduz.

A obra de Giuseppe Tosi costura, com muita propriedade, os quatro aspectos principais da problemática da conquista, presentes durante a chamada “Controvérsia de Valladolid”. Numa primeira parte, a obra nos oferece “O contexto histórico-conceitual da controvérsia sobre a conquista da América”. Este contexto nos introduz na perspectiva do acontecimento que se caracterizou por ser uma conquista e não um mero descobrimento. Os tempos e lugares onde os fatos se desenvolveram, os protagonistas principais e os diversos olhares que este acontecimento provocou e ainda provoca ao longo dos tempos. Não havendo um ponto neutro nos acontecimentos da história, a obra, como indicamos, coloca o leitor na perspectiva crítica das vítimas.

Numa segunda parte, a obra se adentra nas “Questões antropológicas”. Estas desencadearam verdadeiros vendavais discursivos, especialmente nos debates sobre a teoria da escravidão natural, tomada de Aristóteles. De um lado, o empenho dos discursos legitimadores da conquista em conceituar a escravidão como uma espécie de expansão natural da razão civilizada sobre raças humanas inferiores. Já não se questionava a humanidade dos indígenas, senão sua incapacidade para autonomia, por serem *amentes*. Assim, a presente obra resgata os debates entre Ginés de Sepúlveda, defendendo a inferioridade natural dos indígenas, contra Domingo Soto, Vitoria e Bartolomé de Las Casas. Estes últimos fizeram um esforço, que podemos denominar de hercúleo, para construir argumentos conceituais com base numa leitura neoescolástica de Santo Tomás e Aristóteles, com o objetivo muito definido de defender a vida e liberdade dos indígenas. Este esforço culminou na construção das categorias de dignidade humana, leis naturais e direitos naturais desde uma perspectiva inovadora que sentariam as bases do que na modernidade se considerará a teoria dos direitos humanos. Ainda hoje estamos em dívida de reconhecimento da importante contribuição conceitual destes pensadores para o atual discurso dos direitos humanos.

Na terceira parte da obra, “A filosofia política: *potestas, imperium, libertas*”, a reflexão do autor avança sobre o terreno dos argumentos da soberania. A soberania será o grande tema da filosofia política dos séculos seguintes e culminará na teoria da soberania popular como *potestas* do Estado de direito, que se consolidará a partir do século XVII. Contudo, na controvérsia de Valladolid a temática da soberania reaparece na perspectiva dos indígenas. É um problema nevrálgico do qual dependia a liberdade ou a escravidão dos indígenas. Vitória, Bartolomé de las Casas e Domingo de Soto não se propunham fundar uma nova teoria da soberania, mas no seu empenho por defender a

liberdade dos indígenas conseguiram construir os elementos conceituais básicos da soberania popular, que muito depois irá concretizar-se nas categorias dos autores denominados contratualistas. Há que registrar que até hoje não está suficientemente reconhecida a originalidade da contribuição dos pensadores da Universidade de Salamanca nestes debates no que virá a ser nossa modernidade cultural.

A obra de Giuseppe Tosi conclui abordando uma problemática complexa da época e de nosso presente, “O direito de guerra e paz”. Ginés de Sepúlveda invocada o direito de *ius bellum*, proveniente do direito romano, pelo qual em razão de causas justificadas se poderia declarar legitimamente a guerra como o único meio viável para que os direitos da civilização se impusessem sobre os novos bárbaros, que seriam os indígenas. Ainda que alguns dos argumentos da época, como os supostos pecados mortais cometidos pelos indígenas nos sacrifícios humanos e no canibalismo, apareçam para nós como algo anedótico e superado pelo tempo, a questão central do direito de culturas que se consideram superiores impor pela força seus princípios, continua vigente em nossos tempos. As guerras recentes contra Iraque, Kuwait, Líbia, Afeganistão, Síria ou as tentativas de intervenção militar na Venezuela, todas elas invocaram os novos argumentos de eliminar bárbaros que lá se instalaram para impor nosso modelo de vida civilizado.

A obra de Giuseppe Tosi “Aristóteles e o novo mundo: a controvérsia sobre a conquista de América”, adentra-nos no âmbito de acontecimentos históricos que continuam latentes em nosso presente. Como os personagens históricos da obra, nós não poderemos percorrer a leitura sem tomar uma posição em relação à condição e alteridade dos indígenas. A leitura da obra se anuncia como um perigoso percurso no final do qual o leitor ficará com muito mais que um conhecimento do passado, com a interpelação para com seu presente. Se algum leitor desavisado prefere não ficar interpelado, aconselhamos que não inicie a travessia da leitura. Pelo contrário, se alguém se sente inconformado com nosso presente e almeja compreender melhor muitas questões de nossa Ameríndia para tomar posição crítica, aconselhamos encarecidamente a leitura da obra.

São Leopoldo, RS, 5 de agosto de 2020.

